



TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO – 21 A 40

21. (PMA/URCA 2026) Na auditoria da receita do Município, verificou-se que a autarquia municipal arrecada taxas e as executa via despesas próprias, mas tais receitas não constam na LOA. À luz do art. 2º da Lei 4.320/1964, o princípio violado é:

- A) Unidade.
- B) Exclusividade.
- C) Universalidade.
- D) Anualidade.
- E) Não afeta princípio; é mera falha de registro.

22. (PMA/URCA 2026) A LOA traz a ação “Manutenção de frota escolar” sem correspondência no PPA, mas existe uma ação semelhante “Transporte escolar” no PPA. O achado mais tecnicamente consistente (CF/88, art. 165, §§1º, 2º e 5º) é:

- A) Irregularidade insanável — a despesa é automaticamente nula.
- B) Falha de compatibilidade/aderência entre instrumentos; requer ajuste técnico-legal (PPA/LOA).
- C) Apenas erro de nomenclatura sem efeito de controle.
- D) Vício formal suprível por decreto do Executivo.
- E) Situação regular, pois LOA prevalece sobre PPA.

23. (PMA/URCA 2026) A LDO municipal não trouxe metas e prioridades nem Anexo de Metas Fiscais. Considerando CF/88 art. 165 §2º e LRF art. 4º, a consequência mais adequada em auditoria é:

- A) Apenas ressalva; LDO pode ser genérica.
- B) Recomendação de republicação do RGF para compensar.
- C) Indicação de descumprimento do conteúdo mínimo, com risco ao planejamento e à transparência fiscal.
- D) Transformar automaticamente a LOA em “orçamento impositivo”.
- E) Converter as metas faltantes em créditos suplementares.

24. (PMA/URCA 2026) Em auditoria de uma Secretaria de Saúde de um determinado município, a Controladoria identifica que despesas de atenção básica foram classificadas em função diversa e ficaram fora do “bloco” esperado, afetando o cálculo de aplicação mínima. Assinale a opção que melhor se alinha ao risco de controle considerando CF/88 art. 198 §2º:

- A) O mínimo em saúde é apurado apenas por “pagamentos”, então a classificação não importa.
- B) A classificação pode distorcer o apurado e induzir conclusão errada sobre o cumprimento do mínimo constitucional.
- C) O mínimo em saúde aplica-se apenas à União.
- D) O mínimo em saúde depende da RCL e não da receita de impostos.
- E) O mínimo em saúde depende do limite de pessoal.

25. (PMA/URCA 2026) A Prefeitura precisa executar despesa não prevista na LOA, através de uma política pública nova e não emergencial. À luz da Lei 4.320/1964 arts. 40 e 41, a medida correta é:

- A) Crédito suplementar, por decreto, sem lei.
- B) Crédito especial, com lei específica e indicação de recursos.
- C) Crédito extraordinário, por decreto, em qualquer hipótese.
- D) Remanejamento automático entre programas.
- E) Cancelamento de restos a pagar para liberar dotação, sem abertura formal.

26. (PMA/URCA 2026) O ISS foi lançado e pago pelo contribuinte no banco conveniado, mas a Tesouraria só transferiu os valores à conta única uma semana depois. Para fins de auditoria, a falha recai na etapa de:

- A) Previsão.
- B) Lançamento.
- C) Arrecadação.
- D) Recolhimento.
- E) Liquidação.

27. (PMA/URCA 2026) Foram identificados pagamentos realizados sem prévio empenho, sob justificativa de “urgência operacional”. A norma violada de forma direta é:

- A) CF/88 art. 37 (moralidade).
- B) Lei 4.320/1964 art. 60.
- C) LRF art. 20 (pessoal).
- D) Lei 8.666/1993 art. 3º.
- E) COSO (atividades de controle).



28. (PMA/URCA 2026) A compra de computadores (bem permanente) foi registrada como despesa corrente. Na Lei 4.320/ 1964, a classificação afetada é:

- A) Funcional-programática.
- B) Natureza econômica (corrente x capital).
- C) Fonte de recursos (ordinária x vinculada).
- D) Unidade orçamentária.
- E) Programa do PPA.

29. (PMA/URCA 2026) No RGF, o município calculou a RCL excluindo receitas que não são deduções admitidas e, com isso, “aumentou” a RCL e reduziu o percentual de pessoal. O ponto jurídico central, conforme a LRF art. 2º, IV, é:

- A) RCL é livremente definida por lei municipal.
- B) RCL é conceito legal; exclusões indevidas viciam o indicador e o controle de limites.
- C) Só o TCE pode calcular RCL.
- D) RCL só importa para dívida, não para pessoal.
- E) RCL se calcula apenas no fim do mandato.

30. (PMA/URCA 2026) A despesa total com pessoal do Executivo municipal alcançou 54,2% da RCL. Considerando a LRF art. 20, III, “b”, a conclusão correta é:

- A) Regular, pois o limite do município é 60%.
- B) Regular, pois o prudencial é 95% e não foi atingido.
- C) Irregular por ultrapassar o limite do Executivo, mesmo que abaixo do global.
- D) Irregular apenas se ultrapassar 54% por dois quadrimestres.
- E) Regular se houver decreto de contingenciamento.

31. (PMA/URCA 2026) A Controladoria apontou atraso de publicação do RREO. Conforme a LRF, arts. 52 e 53, o RREO se associa principalmente a:

- A) Execução orçamentária/financeira (resultado e acompanhamento).
- B) Limites de pessoal e dívida (gestão fiscal).
- C) Auditoria operacional (desempenho).
- D) Controle disciplinar (PAD).
- E) Controle externo legislativo.

32. (PMA/URCA 2026) Emenda individual aprovada na LOA destinou recursos para obra, mas faltam o projeto básico e as licenças. À luz da CF/88, art. 166 §11, a interpretação tecnicamente correta é:

- A) A execução é obrigatória a qualquer custo; execute sem projeto.
- B) A execução é obrigatória, mas pode haver impedimento técnico formalizado e reprogramação conforme regras.
- C) Emenda individual nunca é obrigatória no município.
- D) O Executivo pode cancelar sem motivação.
- E) A Controladoria deve executar diretamente.

33. (PMA/URCA 2026) A Controladoria exigiu um “responsável nomeado”, uma “evidência verificável” e um “plano de ação com prazos” para cada achado de auditoria. Essa exigência se conecta mais diretamente a:

- A) Publicidade.
- B) Transparência.
- C) Accountability.
- D) Sigilo administrativo.
- E) Equidade tributária.

34. (PMA/URCA 2026) Em uma auditoria do processo de compras, foram identificados controles como segregação de funções, autorizações formais, trilha de auditoria, conciliações e atividades de monitoramento. Esses elementos estão mais diretamente associados a qual framework?

- A) PMBOK.
- B) PDCA.
- C) COSO (componentes de controles internos).
- D) ITIL.
- E) BPMN.

35. (PMA/URCA 2026) A gestão de riscos implementada pela Controladoria priorizou “fracionamento de despesa” e “pagamento sem liquidação” como riscos críticos. O objetivo primário dessa gestão é:

- A) Punir responsáveis automaticamente.
- B) Eliminar completamente qualquer risco.
- C) Dar suporte ao alcance de objetivos, reduzindo probabilidade/impacto dos riscos.
- D) Substituir o controle externo do TCE.



- E) Retirar autonomia do gestor.
- 36. (PMA/URCA 2026) Uma auditoria interna municipal avaliou controles e conformidade e encaminhou recomendações, sem aplicar sanções. Isso caracteriza a auditoria interna como:**
- A) Função julgadora.
B) Função punitiva.
C) Função avaliativa e preventiva (assurance/consultoria).
D) Função legislativa.
E) Função arrecadatária.
- 37. (PMA/URCA 2026) Uma auditoria que avalia se um programa municipal “entregou resultados” com eficiência, eficácia e economicidade classifica-se como:**
- A) Auditoria de conformidade.
B) Auditoria operacional (desempenho).
C) Auditoria exclusivamente contábil.
D) Inspeção disciplinar.
E) Acompanhamento legislativo.
- 38. (PMA/URCA 2026) Após emitir recomendações, a Controladoria estabeleceu rotina trimestral para verificar implementação, evidências e impactos (economia, redução de risco). Esse instrumento é:**
- A) Levantamento.
B) Inspeção.
C) Monitoramento.
D) Auditoria de demonstrações contábeis.
E) Tomada de contas especial.
- 39. (PMA/URCA 2026) O Estatuto do Município de Assaré (Lei Municipal nº 119/1997) dispõe: “adquirirá estabilidade no serviço público após completar dois anos de efetivo exercício”. Considerando a supremacia constitucional e o art. 41 da CF/88, a conclusão mais adequada em auditoria normativa é:**
- A) Aplica-se o Estatuto por ser norma local específica.
B) Aplica-se a CF; a norma municipal deve ser atualizada/interpretada conforme a Constituição.
C) Aplica-se o menor prazo (dois anos), por beneficiar o servidor.
- D) Ambos os prazos valem, dependendo do cargo.
E) O auditor não pode mencionar conflito normativo.
- 40. (PMA/URCA 2026) Um servidor estável foi desligado por ato administrativo sem PAD e sem ampla defesa. O Estatuto de Assaré (Lei 119/1997) prevê: “só perderá o cargo... ou mediante processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa”. Diante disso, o ato é:**
- A) Regular, pois a estabilidade impede qualquer procedimento.
B) Regular, pois basta decisão do Prefeito.
C) Irregular, pois a perda do cargo exige sentença judicial transitada em julgado ou PAD com ampla defesa.
D) Regular se houver parecer da Controladoria.
E) Irregular apenas se o servidor estiver em estágio probatório.